



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS  
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**FRANCISCA GRACIENE ROQUE**

**O TEMPO DA ENUNCIÇÃO NO ENUNCIADO A *VONTADE DO FALECIDO*, DE  
STANISLAW PONTE PRETA**

**CAJAZEIRAS - PB**

**2023**

**FRANCISCA GRACIENE ROQUE**

**O TEMPO DA ENUNCIÇÃO NO ENUNCIADO A *VONTADE DO FALECIDO*, DE  
STANISLAW PONTE PRETA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Letras - Língua Portuguesa, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – *Campus* de Cajazeiras - como requisito de avaliação para obtenção do título de licenciado em Letras.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Nazareth de Lima Arrais

**CAJAZEIRAS - PB**

**2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

R786t Roque, Francisca Graciene.  
O tempo da enunciação no enunciado *A Vontade do Falecido*, de Stanislaw Ponte Preta / Francisca Graciene Roque. – Cajazeiras, 2023.  
48f. : il.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Nazareth de Lima Arrais.  
Monografia (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) UFCG/CFP, 2023.

1. Semiótica discursiva. 2. *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta. 3. Crônica. 4. Enunciação. 5. Temporalização. I. Lima Arrais, Maria Nazareth de. II. Título.

UFCG/CFP/BS CDU – 81'22

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

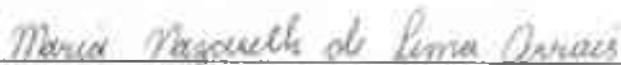
**FRANCISCA GRACIENE ROQUE**

**O TEMPO DA ENUNCIÇÃO NO ENUNCIADO A VONTADE DO FALECIDO, DE  
STANISLAW PONTE PRETA**

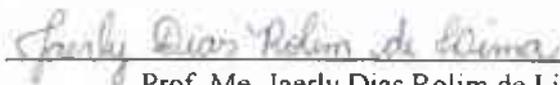
Trabalho de conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Letras - Língua Portuguesa, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande – *Campus* de Cajazeiras - como requisito de avaliação para obtenção do título de licenciada em Letras.

Aprovado em: 08/11/2023

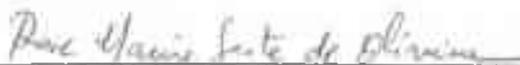
**Banca Examinadora:**



Prof.ª Dr.ª Maria Nazareth de Lima Arrais  
(UAL/CFP/UFCG - Orientadora)



Prof. Me. Jaerly Dias Rolim de Lima  
(E.E.E.F.M.-PB – Examinador 1)



Prof.ª Dr.ª Rose Maria Leite de Oliveira  
(UAL/CFP/UFCG – Examinadora 2)

A meus pais, Graça e Luiz.

À minha irmã Graciele.

Aos meus irmãos Leonardo e Leandro, eternos  
incentivadores dos meus estudos, sempre  
presentes na minha vida. Amo vocês!

## AGRADECIMENTOS

Supremamente, agradeço a Deus, que esteve presente em todos os momentos, e em quem encontrei refúgio e conforto durante todo o percurso acadêmico.

Aos meus pais, Maria das Graças e Luiz Heleno Roque, por todo apoio e incentivo. Vocês sempre foram um suporte para que eu seguisse em frente, sempre com muito amor, carinho e compreensão.

A minha irmã Graciele, aos meus irmãos Leonardo e Leandro, sempre presentes na minha vida, torcendo por mim.

Ao meu querido namorado Alison, que Deus enviou para ser meu alicerce na conclusão desse trabalho, que me encoraja a vencer etapas e superar meus medos.

Às amigas que conquistei ao longo desses anos, em especial a Laryssa, pela parceria, pelos trabalhos que fizemos juntas e por ter feito essa jornada mais amena.

A minha querida professora e orientadora Maria Nazareth de Lima Arrais, que com muito carinho e muita paciência dividiu comigo seus conhecimentos. Eu lhe admiro muito pela sua competência e dedicação no que faz.

A todos os professores com os quais tive a oportunidade de conviver e aprender durante todos esses anos e a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, esta renomada instituição, por me proporcionar as melhores experiências e me conceder essa bagagem valiosa de aprendizado que levo comigo.

Aos funcionários em geral, da UFCG, que agregaram de alguma forma na minha formação.

E a todos que contribuíram para que este momento se tonasse realidade.

*“Confesso-te, Senhor, que não sei ainda o que é tempo, e, no entanto, sei que pronuncio estas palavras no tempo. Sei também que há muito estou falando do tempo, e que este “muito” não é outra coisa senão uma duração de tempo. Como posso saber isso se ignoro o que seja o tempo? Será que não sei exprimir o que sei? Ai de mim, que nem ao menos sei o que ignoro”.*

(Confissões, Santo Agostinho, p. 230).

## RESUMO

Em Semiótica Discursiva, a categoria tempo é estudada na Sintaxe Discursiva do Percorso Gerativo do Sentido. A temporalização é uma das três categorias que compõem a instância da enunciação e do enunciado. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar como se manifesta o tempo linguístico e cronológico na crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, a fim de propor uma oficina aplicável ao 9º ano do Ensino Fundamental. Para tanto, discutimos conceitos da semiótica discursiva com ênfase para o tempo da enunciação e do enunciado; traçamos aspectos importantes sobre a crônica; analisamos o tempo da enunciação no enunciado da crônica; e elaboramos uma oficina como proposta de intervenção para o 9º ano do Ensino Fundamental. Esta pesquisa fundamenta-se, sobretudo, nos aportes teóricos da Semiótica Discursiva com Greimas (1989), que propõe um percurso gerativo de sentido; e em estudos de brasileiros a exemplos de Fiorin (2021), Barros (2005) e Lima (2007), que apresentam contribuições acerca desse percurso; apresentamos os fundamentos da teoria da enunciação proposto por Émile Benveniste (1976); buscamos estudos sobre o gênero crônica com Massaud Moisés (2003), José Castello (2007), Afrânio Coutinho (1967 além de outros autores, a fim de apresentar informações relativas à origem da crônica e sua inserção na cultura literária brasileira. A metodologia é a da análise do discurso e a abordagem do *corpus* é qualitativa. Dentro de um universo de 20 (vinte) crônicas lidas, foi selecionada como *corpus* a crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta. A categoria de análise é a temporalidade presente no *corpus* selecionado. Os resultados mostraram a comprovação de que, predominantemente, a crônica apresenta uma debragem enunciativa, criando efeito de afastamento da enunciação, assim, o tempo da crônica parte da ideia de enunciado com o *então* em diálogo com o *agora* da enunciação; ao lado do *então*, também encontramos um *agora*, quando o enunciador delega voz ao Seu Irineu, por exemplo. Ainda como resultado, elaboramos um uma oficina para trabalhar o tempo do enunciado no 9º ano do Ensino Fundamental

**Palavras-chave:** Semiótica discursiva. *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta. Enunciado. Enunciação. Temporalização.

## ABSTRACT

In Discursive Semiotics, the category of time is studied in the Discursive Syntax of The Generative Path of Meaning. Temporalization is one of the three categories that make up the instance of enunciation and the statement. In light of this, this research aims to analyze how linguistic and chronological time manifest itself in the chronicle *A vontade do falecido*, by Stanislaw Ponte Preta, in order to propose a workshop applicable to the 9<sup>th</sup> grade of Elementary School. To achieve this, we discuss concepts about discursive semiotics with emphasis on the time of enunciation and of the statement; we outline important aspects about the chronicle; analyzed the time of enunciation in the statement of the chronicle; and we developed a workshop as an intervention proposal for the 9<sup>th</sup> grade of Elementary School. This research is based, above all, on the theoretical contributions of Discursive Semiotics with Greimas (1989), that proposes a path that generates meaning; and in studies of Brazilians such as Fiorin (2021), Barros (2005), and Lima (2007), which presents contributions about this path; we present the foundations of the theory of enunciation proposed by Émile Benveniste (1976); we seek studies of chronicle genre with Massaud Moisés (2003), José Castello (2007), Afrânio Coutinho (1967) among others authors, in order to present information related to the origin of the chronicle and its insertion in Brazilian literary culture. The methodology is discourse analysis and the corpus approach is qualitative. Within a universe of 20 (twenty) chronicles read, the chronicle *A vontade do falecido*, by Stanislaw Ponte Preta was selected as a corpus. The category of analysis is the temporality present in the selected corpus. The results showed the proof that, predominantly, the chronicle presents as enuncive shifting out, creating an effect of distancing from the enunciation. Thus, the time of the chronicle stems from the idea of statement with the *then* in dialogue with the *now* of enunciation; next to the *then*, we also find a *now*, when the enunciator delegates voice to Sr. Irineu, for example. Additionally, as a result, we developed a workshop to work on the time of the statement in the 9<sup>th</sup> grade of Elementary School.

**Keywords:** Discursive Semiotics. *A vontade do falecido*, by Stanislaw Ponte Preta. Statement. Enunciation. Temporalization

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CFP	-	Centro de Formação de Professores
MA	-	Momento do Acontecimento
ME	-	Momento de Enunciação
MR	-	Momento de Referência
S1	-	Sujeito do Fazer
S2	-	Sujeito do Estado
TCC	-	Trabalho de Conclusão de Curso
UAL	-	Unidade Acadêmica de Letras
UFCG	-	Universidade Federal de Campina Grande

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
1.1 PERCURSO METODOLOGIA .....	11
<b>2 EM BUSCA DA SIGNIFICAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
2.1 A SEMIÓTICA DISCURSIVA: EXPOSIÇÃO DO PERCURSO .....	13
<b>3 UMA NARRATIVA DO TEMPO .....</b>	<b>24</b>
3.1 COMPREENDENDO O GÊNERO CRÔNICA.....	24
<b>4 UMA LEITURA DO TEMPO NA CRÔNICA A <i>VONTADE DO FALECIDO</i>, DE STANISLAW PONTE PRETA .....</b>	<b>31</b>
4.1 APRESENTANDO A CRÔNICA .....	31
4.2 O TEMPO NA CRÔNICA .....	31
4.3 UMA OFICINA: A TEMPORALIZAÇÃO EM FOCO .....	35
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>43</b>
<b>ANEXO A - A vontade do falecido, de Stanislaw Ponte Preta .....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

De todas as categorias de análise que estruturam a narrativa ficcional, é, talvez, a categoria do tempo que exija uma percepção mais aguçada, exatamente pelo seu caráter etéreo, abstrato. O tempo não é algo que identificamos através de uma marca concreta, assim como os atores, o enunciador, enunciatário e o espaço. O tempo é apresentado de diferentes maneiras, entre os, quais, destacamos tempo cronológico, o tempo físico e o tempo linguístico, sendo este último, o tempo que pertence ao momento inscrito no enunciado.

No contexto desta discussão, entendemos o tempo linguístico de acordo com as reflexões de Benveniste (2006, p. 81) que, em suas palavras, considera “o tempo linguístico como algo singular que está ligado ao exercício da fala, pois ele tem seu centro presente na instância da fala”. Percebemos que existe diferença em relação ao tempo da ação e ao tempo da narração, o que nos permite dizer que o tempo da enunciação é um e o tempo do enunciado é outro. Por isso, é preciso uma atenção cuidadosa em relação à temporalidade linguística.

Em Semiótica, a categoria tempo é estudada na Sintaxe Discursiva do percurso gerativo do sentido greimasiana. A temporalização é uma das três categorias que compõem a instância da enunciação e do enunciado. Essa categoria de tempo na enunciação é apresentada a partir das inscrições linguísticas no enunciado. Como base nessa reflexão, questionamos: como se manifesta o tempo na crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta?

Partimos do pressuposto de que o tempo na crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, se apresenta por uma desembragem enunciativa, criando efeito de afastamento da enunciação. Assim, o tempo na crônica se manifesta por um então, marcado por verbos e advérbios. Isto porque, sendo a crônica *corpus* de análise predominantemente composta de narração, o enunciador fala de algo que aconteceu no passado. É importante destacar também que o tempo se materializa no texto pelo uso de advérbios e também por verbos.

Na tentativa de responder à pergunta de pesquisa, elaboramos como objetivo geral analisar como se manifesta o tempo na crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, a fim de propor uma oficina aplicável ao 9º ano do Ensino Fundamental. E como objetivos específicos: discutir aspectos da semiótica discursiva, com destaque para o tempo da enunciação e do enunciado; descrever como se manifesta o tempo dentro da crônica; e elaborar uma oficina sobre o tempo da enunciação e do enunciado para o 9º ano do Ensino Fundamental.

Para a realização dessa pesquisa, o estudo baseou-se, principalmente, nas contribuições da teoria da enunciação de Émile Benveniste (1976), acolhida pela Semiótica Discursiva

desenvolvida por Greimas (1975) que constrói os sentidos do texto sob a forma de um percurso gerativo, bem como de estudiosos brasileiros, a saber, Barros (2005), Fiorin (2000). Para escrever sobre o gênero crônica, buscamos as contribuições de Massaud Moisés (2003), Antonio Candido (1992).

O presente trabalho centra-se na metodologia da análise do discurso, uma vez que a semiótica, além de fundamentar teoricamente, apresenta um suporte metodológico para analisar discursos verbais, não verbais e sincréticos. Em consonância com o tipo de pesquisa, esta investigação apresenta uma abordagem qualitativa e caráter explicativo.

Diante disso, a relevância acadêmica científica da pesquisa está em propor possibilidades de leitura e construção de sentido da crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, tendo em vista as reflexões da teoria semiótica com base no nível discursivo greimasiano, uma vez que esta funcionará como mais fontes de pesquisas sobre o tempo da enunciação no enunciado.

Analisar em uma narrativa curta a temporalidade linguística, além de permitir a leitura completa em sala de aula em um curto espaço de tempo, propicia reflexões significativas sobre a categoria de tempo presente no enunciado da crônica, categoria essa que é primordial para a construção do enunciado e para o entendimento da língua. Além de desfrutar e conhecer as crônicas do autor brasileiro, que não o vemos com muita frequência nos livros didáticos e no âmbito escolar.

A motivação inicial para discorrer sobre o tempo da enunciação na referida crônica diz respeito às peculiaridades sobre a noção de temporalização na perspectiva da Semiótica Discursiva. Enquanto a gramática normativa apresenta a noção de tempo de acordo com os tempos verbais, isto é, presente, pretérito e futuro, a Semiótica parte da ideia de enunciado com o *então* em diálogo com a enunciação com o *agora*, explorando as noções de distanciamento e aproximação, respectivamente, da enunciação.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. Neste primeiro capítulo, encontramos as seguintes informações: tema, objetivos geral e específicos, questionamento da pesquisa, hipótese e motivação, bem como a metodologia. Essas informações possibilitam ao leitor a elucidação do que vamos encontrar no decorrer do texto.

No segundo capítulo, discutimos sobre o Percurso Gerativo da Significação proposto por Greimas (1975); bem como Fiorin (2016) e Barros (2005) que apresentam contribuições acerca do percurso gerativo. Porém, dedicamos maior atenção ao nível discursivo, visto que nosso interesse de análise constitui em uma categoria desse nível: o tempo. Para isso, buscamos embasamento também na enunciação proposto por Émile Benveniste (1976).

O terceiro capítulo refere-se à compreensão do nosso objeto de estudo, o gênero crônica. Destacamos características como a origem desse gênero e outras peculiaridades, com base em estudos dos autores Massaud Moisés (2003), Antonio Candido (1992), entre outros que contribuíram para o enriquecimento da discussão.

No quarto capítulo, fizemos uma análise do *corpus* da pesquisa, significando o tempo linguístico e o tempo cronológico da crônica. Conjuntamente, propomos uma oficina para à turma do 9º ano do ensino fundamental. Trata-se de possibilidades de leitura e de construção de sentido da crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, tendo em vista as reflexões da teoria semiótica com base no nível discursivo greimasiano, na categoria da temporalização.

## 1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa está desenvolvida sob a metodologia da análise do discurso, uma vez que se fundamenta na Semiótica Discursiva que, além de teoria, funciona como suporte metodológico para analisar discursos nas mais diversas manifestações. Conforme Fiorin (2012, p. 166), a semiótica discursiva “[...] preocupa-se fundamentalmente em estudar os mecanismos que engendram o texto, que o constituem como uma totalidade de sentido”.

Além da metodologia da análise do discurso, a investigação apresenta uma abordagem qualitativa. Sobre essa abordagem, Prodanov e Freitas (2013, p. 70) afirma que a pesquisa qualitativa apresenta “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Além disso, com base nos objetivos determinados, a pesquisa é de caráter aplicativo, uma vez que busca construir discussões teóricas que contribuem para resolver problemas práticos. A discussão privilegiou uma leitura sobre a temporalidade em *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, com a intenção de sugerir leituras para a Educação Básica.

Diante disso, o universo de pesquisa constituiu-se de vinte crônicas lidas. Todas as crônicas estão na obra intitulada *Dois amigos e um chato*, de Stanislaw Ponte Preta. Desse total, foi selecionado como *corpus* a crônica *A vontade do falecido*, por tratar-se de uma narrativa satírica, com tom humorado, uma linguagem informal, além de um discurso crítico apontando temas do cotidiano como a ambição, a esperteza e o interesse familiar. Acreditamos que a

aproximação dos alunos com a leitura desse autor pode instigar a reflexão acerca de determinadas situações e da condição humana, despertando-os à criticidade.

A categoria de análise é a temporalidade presente no *corpus* selecionado. E como critérios de análise, para explorarmos essa categoria, elaboramos: marcas do tempo da enunciação no enunciado; manifestação do tempo cronológico e do tempo linguístico dentro da crônica.

Para tanto, a presente metodologia seguiu quatro etapas: a primeira se deu a partir do estudo teórico; a segunda destinada à seleção do *corpus*; a terceira etapa constituiu-se da análise do *corpus*; e a quarta e última etapa, elaboramos uma oficina aplicável à turma do 9º ano do ensino fundamental.

A oficina é composta de quatro partes: a primeira parte apresenta questionamentos sobre o gênero crônica, com o objetivo de sondar os conhecimentos prévios dos alunos; a segunda parte aborda a biografia do autor e o enunciado da crônica *A vontade do falecido*, nesse momento expõe o processo de caracterização do enunciado a ser analisado; a terceira parte discorre sobre o tempo linguístico e o tempo cronológico, além de explorar questões éticas e morais presentes na crônica; na quarta parte é a avaliação para a construção do conhecimento do aluno em relação ao tempo no enunciado da crônica.

## 2 EM BUSCA DA SIGNIFICAÇÃO

Neste capítulo apresentamos o percurso gerativo de sentido de Greimas (1975). Para discussões específicas dentro do percurso, buscamos contribuições de Barros (2005) e Fiorin (2021); e sobre o tempo para Benveniste (1989). Assim, objetivamos atender ao seguinte objetivo específico elaborado para esta pesquisa: discutir aspectos da semiótica discursiva, com destaque para o tempo da enunciação e do enunciado.

### 2.1 A SEMIÓTICA DISCURSIVA: EXPOSIÇÃO DO PERCURSO

A Semiótica de linha francesa é apresentada como a “teoria da significação”, também conhecida como Semiótica Discursiva, ou Semiótica Greimasiana em homenagem a seu maior expoente, Algirdas Julien Greimas (1917-1992). A Semiótica Discursiva tem origem nos pressupostos saussurianos e hjelmslevianos, quando se dispõe a investigar o texto verbal, visual ou sincrético na relação estabelecida entre o plano da expressão e o plano do conteúdo.

Desse modo, a semiótica busca descrever os mecanismos de produção de sentido dos textos por meio do Percurso Gerativo do Sentido postulado por Greimas (1975) sendo composto por três instâncias ou níveis distintos: o Nível Fundamental, o Nível Narrativo e o Nível Discursivo que, nessa ordem, partem do mais simples e profundo ao mais complexo e superficial, por meio da enunciação (Barros, 2005). Diante disso, o presente capítulo versará sobre as manifestações da significação apresentada nos três níveis do percurso gerativo, com ênfase no nível discursivo.

Para Fiorin (2016, p. 17), “o percurso gerativo de sentido é uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido num processo que vai do mais simples ao mais complexo”. Diante disso, cada um desses níveis, que compõem o percurso gerativo possui uma sintaxe e uma semântica que se complementam.

O primeiro nível do percurso, denominado fundamental ou profundo, é o nível mais simples e abstrato. Nesse nível, a significação apresenta-se como uma oposição semântica, a qual possui uma relação de contrariedade, cujos elementos pertencem sempre ao mesmo campo semântico. Com base em Fiorin (2016, p. 20), as categorias semântica e sintática desse nível representam a “instância inicial do percurso gerativo e procuram explicar os níveis mais abstratos da produção, do funcionamento e da interpretação do discurso”.

A sintaxe do nível fundamental foi inicialmente anunciada por Greimas (1975) que menciona o quadrado semiótico, definido pelo semioticista como “a representação visual da articulação lógica de uma semântica qualquer” (Greimas; Courtés, 1975, p. 364). No quadrado, verificam-se as relações entre termos contrários, contraditórios e implicativos.

Nesse contexto, os termos contrários, identificados de *S1* e *S2*, apresentam uma relação de oposição, porém possuem características em comum. Os termos contrários estabelecem entre si uma “[...] relação de pressuposição recíproca” (Fiorin, 2016, p. 22). Os contraditórios são retratados a partir da negação dos contrários, definidos como: *S1* e *não S1* e *S2* e *não S2*. Além disso, a ocorrência de *S1* com *não S2*, assim como *S2* com *não S1* causa uma relação de implicação.

Ao lado disso, a sintaxe do nível fundamental compreende as categorias semânticas necessárias para a construção de um texto. A esse respeito, Fiorin (2016) define que o texto conta com uma categoria semântica fundamentada em dois termos semelhantes e, a partir deles, é constituído uma diferença. A partir dessas oposições, busca-se encontrar as relações de contrariedade e de contraditoriedade que estruturam o quadrado semiótico. Para o linguista Fiorin, quando se aplica a negação nos termos opostos, obtém-se o contraditório. Em relação a isso, explica:

Se se aplica uma operação de negação a cada um dos contrários, obtêm-se dois contraditórios: /não masculinidade/ é o contraditório de /masculinidade/ e /não feminilidade/ é o de /feminilidade/. Cada um dos contraditórios implica o termo contrário daquele de que é o contraditório. Assim, /não masculinidade/ implica /feminilidade/ e /não feminilidade/ implica /masculinidade/ (Fiorin, 2016, p. 23).

Há ainda, na semântica fundamental, a qualificação semântica de cada um desses termos, que são chamados de *eufóricos* ou *disfóricos*. De acordo com Fiorin (2016, p. 23), “o termo ao qual foi aplicada a marca /euforia/ é considerado um valor positivo; aquele a que foi dada a qualificação /disforia/ é visto como um valor negativo”. À vista disso, essa classificação depende do que está inscrito no texto. Desse modo, Lima (2007, p. 32) reitera que os textos podem ser “[...] euforizantes, disforizantes e aforizantes”.

O nível narrativo é o segundo nível do percurso gerativo de sentido, o qual está relacionado com a narratividade. Greimas e Courtés (1975) definem a narratividade como o princípio organizador de qualquer discurso. Com isso, a semiótica dispõe da narratividade para a análise de texto. Barros (2005, p. 20) apresenta duas definições de narratividade que se complementam:

Narratividade como mudança de estados, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age no e sobre o mundo em busca dos valores investidos nos objetos; narratividade como sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos.

Nesse contexto, Fiorin (2016) afirma que narração e narratividade são termos diferentes, além disso, reitera que nem todos os textos são narrativos. Diante disso, o linguista apresenta uma distinção entre esses dois termos, em que a narração é uma característica específica de um texto, por outro lado, a narratividade está presente em todos os textos, isto é, a narratividade se refere a uma "[...] transformação entre dois estados sucessivos e diferentes. Isso significa que ocorre uma narrativa mínima, quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final", complementa Fiorin (p. 28).

Segundo Barros (2005), a semiótica propõe uma narrativa como mudança de estado, operado pelo fazer transformador de um sujeito agindo sobre o mundo em busca de valores investidos nos objetos. Nesse sentido, a sintaxe desse nível apresenta dois tipos de enunciados elementares: enunciado de estado (ou de ser), que constituem uma relação de junção, disjunção ou conjunção entre um sujeito e um objetivo; e de fazer, que corresponde à transformação de um enunciado de estado para outro (de disjunção para conjunção, por exemplo).

Barros (2005) descreve a junção como a relação estabelecida entre dois actantes da narrativa, o sujeito e o objeto. Greimas e Courtés (1975) explicam que os actantes são aqueles que realizam ou sofrem o ato, podendo ser pessoas, coisas, mas que participam do processo narrativo. Diante disso, há dois tipos de junção, ou seja, dois modos diferentes de relação do sujeito com os valores investidos nos objetos, a conjunção e a disjunção. A conjunção representa um valor positivo, isto é, de aquisição do sujeito com o objeto, ao contrário da disjunção, que há uma privação ou valor negativo do sujeito em relação ao objeto (Barros, 2005).

Dentro dessa perspectiva, Fiorin (2016) destaca que há dois tipos de narrativas mínimas que podem estar presentes em um texto: a narrativa de *privação*, quando sucede um estado inicial conjunto para um estado final disjunto; e de *liquidação*, no qual ocorre o contrário, de disjunto, passa-se a conjunto.

Essa organização da narrativa pode ocorrer através de uma sequência canônica de fases, dividida em: *manipulação*, *competência*, *performance* e *a sanção*. A primeira fase é a manipulação, que acontece quando um sujeito leva o outro a querer ou a dever fazer algo, o que pode ocorrer por tentação, por sedução, por provocação e por intimidação. Diante disso, Fiorin (2016, p. 30) exemplifica os quatro tipos de manipulação:

Quando o manipulador propõe ao manipulado uma recompensa, ou seja, um objeto de valor positivo, com a finalidade de leva-lo a fazer alguma coisa, dá-se uma tentação. Quando o manipulador o obriga a fazer por meio de ameaças, ocorre uma intimidação. Se o manipulador leva a fazer manifestando um juízo positivo sobre a competência do manipulado, há uma sedução. Se ele impele à ação, exprimindo um juízo negativo a respeito da competência do manipulado, sucede uma provocação.

A segunda fase é a da *competência*, processo em que um sujeito atribui a outro sujeito ou a si mesmo um saber e/ou um poder fazer; ou seja, para que o sujeito realize determinada ação, ele terá que estar de posse de um poder-fazer e/ou um saber-fazer. A *performance* é a terceira fase, em que ocorre a mudança de um estado a outro na narrativa. A quarta e última fase é a *sanção*, na qual se constata se o sujeito realizou, de fato, a transformação descrita na fase da performance. Fiorin (2016) argumenta que, embora seja uma sequência canônica, ela não é estanque. Para o autor, muitas vezes as fases podem estar ocultas, as narrativas podem não se realizar completamente e ainda podem relatar apenas uma das fases, por exemplo.

A semântica narrativa consiste no "momento em que os elementos semânticos são selecionados e relacionados com os sujeitos", e esses elementos são inscritos como "valores nos objetos no interior dos enunciados de estado" (Barros, 2005, p. 41). Diante disso, para especificar essas relações entre o sujeito e o objeto, temos o estudo das modalizações.

A semiótica acolhe quatro tipos (modos): o querer, o dever, o poder e o saber, que são tanto para a modalização do ser quanto para a do fazer. As quatro modalidades podem qualificar a relação do sujeito com o seu fazer (denominada modalização do fazer, a que diz respeito aos enunciados de fazer) e/ou transformar a relação do sujeito com os objetos de valor (modalização do ser, a que diz respeito aos enunciados de estado).

Nesse sentido, a modalização do fazer é encarregado pela competência modal (condições modais para a realização da performance) do sujeito. Por outro lado, no processo de modalização do ser, o sujeito de estado, transformado pelo sujeito do fazer, passa investir valores nos objetos e as e relacionar com esses valores (querer, poder, saber ou dever – ou não – estabelecer conjunção ou disjunção com os objetos). Dessa forma, com base na modalização do ser, temos os efeitos de sentido “passionais” – as paixões – resultantes desse processo. “As paixões, do ponto de vista da semiótica, entendem-se como efeitos de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito de estado” (Barros, 1997, p. 48).

O nível discursivo é o patamar mais superficial e complexo do percurso gerativo, além de ser mais rico semanticamente do que as estruturas narrativas e fundamentais. Enquanto no nível narrativo dispõe de formas abstratas com que o sujeito entra em conjunção, é no nível

discursivo que essas formas abstratas se desenvolvem e se revestem "[...] de termos que lhes dão concretude" (Fiorin, 2016, p. 41).

No aspecto sintático do nível discursivo, Barros (2005, p. 53) ressalta que "as estruturas narrativas convertem-se em estruturas discursivas quando assumidas pelo sujeito da enunciação [que faz escolhas de pessoa, de espaço, de tempo, enriquece e] 'conta' ou passa a narrativa, transformando-a em discurso". A partir dessas escolhas, o sujeito da enunciação estabelece uma relação com o discurso que a enuncia. No que tange ao discurso, é importante destacar que:

Quando se constrói um discurso-enunciado é, pressupostamente, estabelecido um contrato fiduciário entre enunciador e enunciatário, o que determina a veracidade ou não do texto. Esse acordo de confiança mútua prescreve, como o enunciatário deve perceber o texto do ponto de vista da verdade e da realidade e como o enunciatário deve compreender o discurso-enunciado, a partir da informação superficial, instaurada pelos significados gerais de elementos que constituem a estrutura, isto é, o conteúdo dito, recuperando o dizer (Lima, 2007, p. 34).

Diante disso, a sintaxe discursiva, ao estudar as marcas da enunciação do enunciado, investiga três categorias dêiticas, que são actorialização, temporalização e espacialização, que se referem à instauração das pessoas, tempo e espaço no discurso, que produzem, pela enunciação, efeitos de proximidade/subjetividade e distanciamento/objetividade (Fiorin, 2016). A semântica discursiva trabalha com os subcomponentes: tematização e figurativização, que visam a produzir discursos abstratos ou figurativos.

De acordo com a Semiótica greimasiana, os mecanismos sintáticos utilizados para projetar tempo, espaço e pessoa, no discurso, é denominado *debreagem* e *embreagem*. O primeiro permite a projeção da enunciação no discurso no nível actancial, espacial e temporal; e a *embreagem* ocorre o efeito de retorno das formas *debreadas* à enunciação, criando a ilusão de que não há distância entre enunciação e enunciado.

A *debreagem* pode ocorrer de forma enunciativa (quando estão projetados no enunciado uma pessoa "eu", um espaço da enunciação, um "aqui" e um tempo "agora") e/ou enunciva (projeção de um "ele", em um espaço "lá" ou um tempo diferente do "agora" – o "então"). Em outras palavras, a projeção de *eu-aqui-agora* ocorre uma *debreagem* enunciativa; e a projeção de *ele-almures-então*, ocorre uma *debreagem* enunciva. A *desembreagem* ou *debreagem* enunciva é o mecanismo denominado para a terceira pessoa ou como *desembreagem* ou *debreagem* enunciativa para a primeira pessoa.

Na busca por uma definição de enunciação e enunciado, recorreremos aos estudos de Benveniste (2006), comumente conhecido como teórico da enunciação. Segundo o autor, a

enunciação é definida como o ato de dizer, ou seja, o ato de produzir o enunciado, sendo um evento único e irrepitível. Para Benveniste (2006 p. 82), “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Por outro lado, o enunciado é visto como decorrência de um ato de linguagem individual amparado num “aqui” e num “agora”. Ou seja, o enunciado é o dito, o ato comunicativo já realizado. Conforme o autor, antes da enunciação, a língua é apenas uma possibilidade de língua e é somente depois da enunciação que a língua é efetivada em uma instância do discurso.

A enunciação, como já se observou, está sempre pressuposta a qualquer enunciado. Segundo Greimas e Courtés (1975, p. 126), a enunciação é a “instância lingüística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que comporta seus traços e suas marcas)”. O enunciado, por oposição à enunciação, é denominado como o “estado que dela resulta, independentemente de suas dimensões sintagmáticas” (p. 123).

A embreagem actancial, a partir dos mecanismos de debreagem e de embreagem, tem como finalidade a instauração dos atores do discurso. De acordo com o objetivo do enunciador, uma vez que é o responsável pela produção do discurso, a actorialização apresentará os atores. Do ponto de vista semiótico, ator é um actante sintático que possui característica semântica no nível discursivo.

Existe também na semiótica a terminologia de um *não eu*, inspirado na teoria defendida por Benveniste. Em seus estudos sobre a enunciação, Benveniste (2006) define a debreagem actancial *não eu* como os sujeitos do enunciado. Diante disso, o autor faz uma distinção entre os actantes da enunciação e os sujeitos do enunciado. Os primeiros são considerados pessoas do discurso e os segundos, não pessoas. O termo pessoa constitui nos pronomes eu/tu, enquanto o termo não-pessoa está relacionado aos actantes do enunciado. A categoria de pessoa é essencial para a constituição da linguagem em discurso. Segundo Benveniste (1966, p. 259), é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, uma vez que, na verdade, só a linguagem funda, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de ego”.

Diante das reflexões apresentadas até esse momento, percebe-se que há uma distinção significativa entre sujeito da enunciação e sujeito do enunciado. Para isso, Greimas (1975), ao introduzir o sujeito na busca pela significação, explicaria diversas perspectivas de significação no texto. No entanto, as discussões sobre a definição de sujeito da enunciação eram bastante recentes na semiótica, com isso, o autor tomou emprestado os princípios linguísticos relacionado ao sujeito da enunciação defendido por Benveniste, declarando que:

Trata-se de tomar aqui a já clássica distinção entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. Sabe-se que a nível da semiótica linguística, os dois sujeitos, ainda que originalmente distintos – o locutor pertencendo à ordem não-lingüística do estatuto da comunicação, no papel de emissor de mensagens, e o sujeito verbal dependendo da ordem do discurso linguístico, podem sincretizar-se em enunciados do tipo “eu ando”, onde “eu” é simultaneamente sujeito do enunciado e sujeito da enunciação [...]. A nível da semiótica natural, os dois sujeitos são bem distintos: na prática gestual, o homem é sujeito do enunciado [...]; na gestualidade comunicativa, o homem é sujeito da enunciação [...] (Greimas, 1975, p. 62).

Verifica-se, assim, que Greimas apresenta uma distinção entre a semiótica linguística e semiótica do mundo natural. A primeira, expressão empregada por Greimas na citação acima, acontece sincretismo entre sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. No entanto, no segundo caso, “semiótica do mundo natural”, é definida pelo autor como a semiótica não linguística, não há sincretismo entre os dois sujeitos da gestualidade comunicativa, uma vez que os dois estão situados em um mesmo código de expressão que é o corpo humano.

Além disso, Greimas e Courtés (1975) chamam a atenção para o fato de que o eu - sujeito da enunciação, que produz o enunciado - não pode ser relacionado ao “eu” do enunciado (discurso em primeira pessoa). O sujeito da enunciação, “eu”, ficara sempre pressuposto pelo discurso-enunciado. Com isso, o “eu” que aparece nos discursos-enunciados relaciona a enunciação, ou seja, constitui uma enunciação enunciada ou relatada.

Um dos aspectos significativos na actorialização é a presença de duas formas de apresentar o locutor ou sujeito do discurso, estabelecido com a finalidade de comunicar ao enunciatário o discurso. A primeira forma é por meio da projeção, no discurso - enunciado, dos pronomes “eu” ou “tu” - simulacro da enunciação. Com base nisso, existe um discurso dito subjetivo, em primeira pessoa, que causa efeito de subjetividade e de parcialidade no discurso. Podemos notar essas características nos textos autobiográficos. Segundo Barros (2005, p. 56), é nos “fatos vividos e narrados por quem os viveu, que os passa, assim, impregnados de ‘parcialidade’”. Diante disso, os discursos em primeira pessoa são denominados na semiótica de *debreament actancial enunciativa* que, de acordo Greimas e Courtés (1975), caracteriza os discursos em forma narrativa, ou em forma de diálogo.

Por outro lado, a segunda possibilidade de apresentar o sujeito do discurso ocorre quando há a projeção do termo não pessoa no discurso-enunciado. Por meio desse procedimento, decorre o efeito de objetividade e de distanciamento do momento da enunciação. Assim, o sujeito do discurso (locutor) assume o papel de comunicar os fatos de forma imparcial, sem assumir qualquer responsabilidade do que é mencionado. Essas características são notadas no jornalismo, visto que apresenta imparcialidade e distanciamento do enunciado. Com isso,

esse procedimento apresenta o discurso em terceira pessoa, ou seja, a projeção de um “ele” como sujeito do enunciado. Sendo denominado na semiótica como *debreagem actancial enunciativa* ao contrário da *debreagem enunciativa*, em primeira pessoa (Barros, 2005).

Diante disso, a projeção da enunciação no enunciado tem por finalidade distanciar ou aproximar o discurso-enunciado da enunciação propriamente dita. No entanto, quando tem a intenção de fazer do discurso-enunciado um simulacro da realidade, há necessidade da presença de efeitos de realidade ou de referência, ou seja, que os fatos sejam “coisas ocorridas”, de que seus seres são de “carne e osso”, de que o discurso, enfim, copia o real (Barros, 2005).

Além disso, a obtenção do efeito de realidade pode ocorrer através da *debreagem interna* que, segundo Fiorin (2016), pode ser definida como sendo a delegação da palavra, pelo enunciatário, a uma das pessoas do enunciado ou da enunciação já instaladas no discurso enunciado. Ele ainda acrescenta que:

As *debreagens internas* são responsáveis pela produção de simulacros de diálogos nos textos, pois estabelecem interlocutores, ao dar voz a atores já inscritos no discurso. A *debreagem* de segundo grau cria a unidade discursiva denominada discurso direto e cria um efeito de sentido de verdade. Com efeito, o discurso direto proporciona ao enunciatário a ilusão de ouvir o outro, ou seja, suas “verdadeiras” palavras (Fiorin, 2016, p. 62).

Com isso, a *debreagem interna* pode ocorrer em segundo ou de terceiro grau. Quando o enunciatário insere, no discurso-enunciado, um simulacro da enunciação - um diálogo - obtém-se uma *debreagem interna* de segundo grau. Por outro lado, a *debreagem interna* de terceiro grau ocorre quando um dos interlocutores do diálogo delegar a palavra a outro actante do enunciado, ou seja, um diálogo dentro do diálogo.

Outro componente significativo da discursivização é a *espacialização* que objetiva instituir uma organização espacial no discurso-enunciado através dos mecanismos de *debreagem* e de *embreagem*. A esse respeito, existem dois mecanismos de *debreagem espacial*, a *debreagem enunciativa* e a *debreagem enunciativa*. Diante disso, esse procedimento apresenta a forma como o enunciatário projeta no discurso o espaço objetivo e subjetivo. Quando o enunciatário projeta para fora da enunciação um “não aqui”, instalando no discurso o espaço objetivo, o qual corresponde ao espaço “alheos”, temos como característica a *debreagem espacial enunciativa*. Ao contrário do “alheos”, o enunciatário projeta no enunciado um “aqui”, instalando o espaço subjetivo. Essa segunda forma de projeção corresponde a *debreagem espacial enunciativa*.

A temporalização é o terceiro procedimento da discursivização e está subordinada aos mecanismos de debreagem e de embreagem que remetem à instância da enunciação. Como já foi mencionado, o tempo linguístico ocorre no momento da enunciação, no tempo do “agora”. Em vista disso, a temporalização discursiva compõe a debreagem temporal enunciativa e enunciva. A debreagem temporal enunciva projeta no enunciado o tempo do *então*, momento *não agora*, ao contrário da debreagem temporal enunciativa que projeta no enunciado o tempo *agora*.

Do ponto de vista de Benveniste (2006), é a partir da enunciação que é instaurado a categoria de tempo, visto que, como foi mencionado, o tempo linguístico gira em torno da enunciação. Esse tempo é realizado pelo locutor, no momento da enunciação, instaurado no tempo presente. Em relação a isso, o autor francês acrescenta:

Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. [...]. O homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo (Benveniste, 2006, p. 84).

Além disso, os tempos enunciativos da debreagem enunciativa são o presente, o pretérito perfeito e o futuro do presente. Segundo Fiorin (2016), o momento da enunciação ocorre no tempo presente (o agora), que corresponde à categoria da concomitância; logo, o que acontece anteriormente ao agora (pretérito perfeito) e posteriormente a ele (futuro do presente) corresponde à categoria da não concomitância. Com isso, criam-se os três momentos de referência do tempo linguístico, são eles: ME – Momento de enunciação; MR – Momento de referência (presente, passado e futuro); MA – Momento do acontecimento (concomitante, anterior e posterior a cada um dos momentos de referência).

Percebemos que a partir do agora, decorre o eixo que compõe a categoria topológica da concomitância vs não concomitância articulando-se em *anterioridade vs posterioridade*. Nesse sentido, os termos anterioridade e posterioridade indicam para trás e para frente em relação ao momento do fazer enunciativo, o que orienta que o ME é o eixo organizador do tempo, representando o *agora* como o tempo mais significativo e principal do sistema temporal.

Ou seja, todos os momentos acontecem a partir do presente, por meio dele, os outros tempos serão efetuados. Fiorin (2016) apresenta dois momentos de tempo que se coincidem, denominado de momento do evento descrito e o ato de enunciação. Porém, afirma que o ME abarca o MR, pois, para o autor, o tempo presente indica a contemporaneidade entre o evento

narrado e o momento da narração. Nessa direção, o presente é o tempo que inclui o passado e o futuro. Além de ser intrínseco à enunciação, o presente se renova a cada enunciação, pois “o agora é reinventado a cada vez que o enunciador enuncia, é a cada ato de fala um tempo novo, ainda não vivido” (Benveniste, 2006, p. 84).

Em relação ao MR dos tempos pretérito perfeito 2 e pretérito imperfeito, estes apresentam efeitos de sentido significativos, uma vez que o pretérito perfeito promove efeito de sentido de algo acabado e pontual, e o pretérito imperfeito, representa uma ação inacabado e durativo. Além disso, Fiorin (2016) discorre sobre a existência de dois pretéritos, chamados de pretérito perfeito 1 e pretérito perfeito 2, diferenciando-os da seguinte forma: o primeiro pretérito representa a anterioridade em relação ao MR presente, e o segundo diz respeito à posterioridade em relação ao MR. Para isso, o autor apresenta a diferença entre valores temporais e formas verbais para explicar esse processo:

Os valores temporais é que constituem, de fato, o tempo, que é a categoria pela qual se indica se um acontecimento é concomitante, anterior ou posterior em relação a um momento de referência presente, pretérito ou futuro, ordenado em relação ao momento da enunciação. A forma verbal chamada por nossa gramática escolar de pretérito perfeito serve para manifestar, na verdade, dois tempos diferentes: a anterioridade em relação ao momento de referência presente (por exemplo, “assisti ao desfile da janela de meu apartamento”: em algum momento anterior ao agora, assisti ao desfile) e a concomitância em relação a um marco temporal pretérito (por exemplo, “Em 1992, viajei pela Europa”: Viajei pela Europa dentro do momento de referência pretérito). Pelo fato de a mesma forma indicar dois tempos diferentes chamamos a um pretérito perfeito 1 e a outro de pretérito perfeito 2 (Fiorin, 2016, p. 61).

Ou seja, os valores temporais sinalizam se o acontecimento expresso é anterior, concomitante ou posterior. Já as formas verbais atribuem ao pretérito dois tempos diferentes, caracterizados de pretérito perfeito 1 e pretérito perfeito 2. O pretérito perfeito 1 integra-se no MR presente; e o pretérito perfeito 2 no MR pretérito.

O tempo futuro é visto na gramática normativa como uma ação verbal ocorrida depois do ato da fala, dividida em futuro do presente e futuro do pretérito. Já na semiótica discursiva chamamos de sistema enuncivo do futuro, que se refere ao MR posterior ao momento da enunciação, dividido em: presente do futuro – concomitância com o MR futuro; futuro anterior – anterioridade a esse momento; futuro do futuro – posterioridade ao MR.

Os advérbios e as locuções adverbiais de tempo, articulam-se em um sistema enunciativo e também em um sistema enuncivo. O primeiro pertence ao MR presente, igual ao

momento da enunciação; o segundo representa o MR (passado ou futuro) inscrito no enunciado (Fiorin, 2016).

Na semântica discursiva, última etapa do percurso gerativo, encontramos os dois processos fundamentais para a concretização do sentido, que são denominados de *figurativização* e de *tematização*. No que tange a tematização, esta se sucede pela formulação dos valores abstratos, organizando-os em percurso, ou seja, pela recorrência de semas ou traços semânticos recorrentes no discurso. O procedimento de figurativização busca por meio de figuras de conteúdo conceber concretude aos discursos, "atribuindo-lhes traços de revestimento sensorial" (Barros, 2005, p. 72).

No que diz respeito à diferenciação entre temas e figuras, Fiorin (2016) destaca que os temas apresentam característica conceitual de maneira abstrata e organizam, categorizam os elementos do mundo natural, como vergonha, arrogante, vaidoso etc. Em contrapartida, a figura é definida como todo conteúdo de qualquer sistema de representação de qualquer língua que corresponde ao real, ou seja, a algo "existente no mundo natural" (Fiorin, 2016, p. 91). Os textos figurativos representam o mundo, a realidade, enquanto os temáticos procuram explicá-los.

Embora a discussão proposta neste capítulo, exponha todo o Percurso Gerador da Significação, esta pesquisa apresenta uma maior atenção no nível discursivo, visto que nosso interesse de análise constitui em uma categoria desse nível: o tempo. Seguindo este capítulo, o próximo apresenta o gênero crônica estabelecendo relação com a categoria em análise.

### 3 UMA NARRATIVA DO TEMPO

Neste capítulo apresentaremos as características do gênero crônica tendo como foco a visão de Massaud Moisés (2003), José Castello (2007), Afrânio Coutinho (1967), Flora Bender e Ilka Laurito (1993), bem como nos estudos de Antonio Candido (1992), além de outros autores. A discussão traz informações relativas à origem da crônica e sua inserção peculiar na cultura literária brasileira, além de sua intrínseca relação com a categoria tempo, com o propósito de traçar aspectos importantes sobre a crônica.

#### 3.1 COMPREENDENDO O GÊNERO CRÔNICA

Etimologicamente, o termo crônica deriva diretamente da mitologia grega, mais precisamente, do Deus Cronos, que, por sua vez, está diretamente relacionado ao tempo. Considerando, portanto, as outras formas narrativas, a crônica se diferencia delas, sobretudo em relação ao tempo. Uma narrativa própria de um tempo, possui um tempo definido, ou seja, o tempo é o seu motor.

Em relação à etimologia da palavra, Massaud Moisés (2003, p. 101) define como:

Do grego *chronikós*, relativo a tempo (*chrónos*), pelo latim *chronica*, o vocábulo “crônica” designava, no início da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em sequência cronológica. Situada entre os anais e a história, limitava-se a registrar os eventos sem aprofundar-lhes as causas ou tentar interpretá-los.

A evolução do termo “crônica” possibilitou o surgimento de várias significações. No texto “A vida ao rés-do-tempo”, o autor Candido (1992) nos diz o que consiste a crônica, a partir do próprio título: essa estrutura que, por abordar o nosso cotidiano mais próximo, pode ser vista como um gênero menor, pois, como afirma Candido (1992, p. 13):

A crônica não é um “gênero maior”. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor. “Graças a Deus”, seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica mais perto de nós. E para muitos pode servir de caminho não apenas para a vida, que ela serve de perto, mas para a literatura [...]. Por meio dos assuntos, da composição solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia.

O autor conceitua a crônica como um gênero menor, e dá “graças a Deus” por isso, uma vez que possibilita maior intimidade e proximidade com os indivíduos na sua vida cotidiana. A crônica resulta de acontecimentos mais prosaicos do dia a dia; o seu assunto narrativo, apresentando ao leitor o deslumbramento das coisas simples, contadas numa grandeza e particularidade até então indiscutível.

Em diálogo com Candido, citamos José Castello (2007, p. 1) que, em seu ensaio sobre a crônica, compartilha das posições de Candido, quando afirma que, “definida pelo dicionário como ‘narração histórica, ou registro de fatos comuns’, a crônica ocupa um espaço fronteiro, entre a grandeza da história e a leveza atribuída à vida cotidiana”. Além disso, é importante destacar que Castello apresenta a crônica como um texto que não se define apenas como narração de acontecimentos do cotidiano. Vejamos o que diz o autor Castello (2007, p. 2):

Eis a potência da crônica: sustentar-se como o lugar, por excelência, do absolutamente pessoal. Os líricos, como Vinicius, se misturam aos meditativos, como Carlinhos Oliveira, ou aos filosóficos, como Paulo Mendes Campos. Clarice praticava a crônica como um exercício de assombro; Rachel, como um instrumento para desvendar o mundo; Sabino, como um gênero de sensibilidade. Cada um fez, e faz, da crônica o que bem entende. Nenhum cronista pode ser julgado: cada cronista está absolutamente sozinho.

Com base nas palavras do escritor, podemos compreender que a crônica não se limita apenas a narrar fatos ou contar uma história. A crônica apresenta uma liberdade formal e temática como material potencial qualidade para o trabalho com a leitura em sala de aula, além de ser de fácil acesso.

Para compreendermos a peculiaridade atual da crônica brasileira, faz-se necessário remetermos à sua história: segundo Flora Bender e Ilka Laurito (1993), o primeiro cronista de Portugal foi Fernão Lopes, nomeado como “cronista-mor do reino”, em 1434, pelo rei D. Duarte. Na época, a obrigação era narrar os feitos dos antigos reis de Portugal até o reinado de D. Duarte. Vejamos como Flora Bender e Ilka Laurito (1993, p. 12) destacam:

A data de 1434 é um marco não só para a História como para a Literatura Portuguesa. E também para o gênero crônica: o cronista – que já vinha desde a Idade Média - passa a ser um escritor profissional, pago para trabalhar com a matéria histórica, matéria que deverá, de agora em diante, despojar-se do maravilhoso e do lendário, que se imiscuíam nos longos ‘cronicões’ medievais, para ater-se aos fatos e à interpretação desses fatos. Além de Fernão Lopes – considerado o melhor de todos – outros escritores assumiram a função de cronista-mor do Reino, até que, na altura do século XVI, e já em pleno Renascimento, a Historiografia se afirmasse como gênero definido. A palavra crônica, no entanto, ainda que, posteriormente, viesse a abranger

outros sentidos, permaneceu na língua portuguesa com o sentido antigo de narrativa vinculada ao registro de acontecimentos históricos.

À vista disso, desde o início, a crônica foi o meio mais adequado para que se anotassem os vislumbres do espaço, dos lugares, dos feitos da vida do indivíduo. Foi assim com os primeiros cronistas, como mostram os registros dos nossos historiadores em relação aos documentos que descreviam a terra brasileira, por causa de seu achamento, a exemplo da Carta de Caminha, que se caracteriza como a primeira crônica nacional. Sobre essa afirmação, Sá (1985, p. 5-6) declara:

A carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel assinala o momento em que, pela primeira vez, a paisagem brasileira desperta o entusiasmo de um cronista, oferecendo-lhe matéria para o texto que seria considerado a nossa certidão de nascimento. Se a carta inaugura o nosso processo literário é bastante discutível. [...]. Indiscutível, porém, é que o texto de Caminha é criação de um cronista no melhor sentido literário do termo, pois ele recria com engenho e arte tudo o que ele registra no contato direto com os índios e seus costumes naquele instante de confronto entre a cultura européia e a cultura primitiva.

É importante observar que, o sentido dessas crônicas que representavam relato de viagem, estava atrelado ao sentido tradicional do termo – relato cronológico dos fatos – pois contavam o que se contemplavam nesse Novo Mundo. Como afirma Castelo (2007, p. 1) em seu ensaio: “essas narrativas estavam mais ligadas à história que à literatura. Tinham, antes de tudo, um caráter utilitário, pragmático: serviam para transmitir aquilo que se viu”. É então, a partir dessas crônicas que relatavam os acontecimentos durante as viagens, visto como “relato de viagem”.

A partir disso, no século XIX, a crônica foi ganhando um sentido semântico diferente depois que houve o surgimento de narradores nativos. Com a chegada da família real ao Brasil e o advento da imprensa ganham novos escritores, além de novas formas de produção e circulação. Com a disseminação dos folhetins franceses, textos publicados no rodapé dos jornais, as crônicas surgem em artigo de rodapé sobre as questões do cotidiano - políticas, sociais, artísticas, literárias (Candido, 1992).

Porém, o marco importante para a crônica foi ao longo século XX, em que ganhou traços próprios da literatura brasileira, pois como afirma Castelo (2007, p. 1):

É no século XX que ela se torna – nas mãos de cronistas geniais como Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Carlos Oliveira, Sérgio Porto, Rachel de Queiroz, Fernando Sabino, Henrique Pongetti – um gênero brasileiro. Ou,

dizendo melhor: que ela se adapta e se expande no cenário da literatura brasileira.

Assim, o que era chamado de “folhetim”, aos poucos foi perdendo espaço, reduzindo de tamanho, ganhando novas formas, como afirma Candido (1992, p. 15) “certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje”.

Atualmente, grande maioria dos estudiosos concordam que o gênero crônica é exclusivamente nacional. As autoras Bender e Laurito (1993, p. 12) destacam que “no momento em que a imprensa brasileira se afirmou, os folhetins da França nela se aclimataram, floresceram e encontraram uma feição de tal maneira própria, que fez muitos críticos contemporâneos afirmarem que a crônica é um fenômeno literário brasileiro”.

Considerado um gênero de posições polêmicas pelos estudiosos, a crônica possui características diferentes em cada país, porém, para muitos teóricos, o gênero crônica apresenta no Brasil características únicas. Com isso, suas características são exclusivas do Brasil, sendo impossível encontrar total semelhança na produção jornalística de outros lugares (Melo, 1985).

Além disso, a naturalidade e originalidade da crônica são aspectos que foram elencados por Candido (1992), no antológico texto “A vida ao Rés-do-chão”, em que o autor menciona: “No Brasil ela tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu” (p. 7). São essas características que demonstram a exclusividade do gênero no Brasil. Embora seja de origem francesa, o autor Massaud Moisés também reconhece a crônica como gênero tipicamente brasileiro, especificamente carioca. A esse respeito, Moisés (2003, p. 103), esclarece que:

[...] se gaulesa na origem, a crônica naturalizou-se brasileira, ou melhor carioca: é certo que há cronistas, e de mérito, em vários Estados onde a atividade jornalística manifesta vibração algo mais que noticiosa, - mas também é verdade que, pelo volume, constância e qualidade de seus cultores, a crônica parece um produto genuinamente carioca. E tal naturalização não se processou sem profunda metamorfose, que explica o entusiasmo com que alguns estudiosos defendem a cidadania brasileira da crônica: ao menos da crônica dos nossos dias, tudo faz crer que raciocinam corretamente. De qualquer modo, a crônica tal qual se desenvolveu entre nós, parece não ter similar noutras literaturas, salvo por influência de nossos escritores (como na moderna literatura portuguesa).

Ou seja, para o autor, o Rio de Janeiro possuía mais quantidade de produção e maior qualidade de escritores. Sendo assim, a crônica passou por várias modificações em vários

países, porém no Brasil apresenta características próprias, não havendo comparação com outras literaturas. Por outro lado, para Bender e Laurito (1999) a crônica é um prato de comida tipicamente brasileiro “arroz e feijão com picadinho e batata”, podemos ver na citação abaixo:

Se fossemos comparar o gênero a um prato de comida, não seria, certamente, uma sofisticada iguaria da culinária francesa e sim a comidinha trivial, o arroz e feijão com picadinho e batata. Embora de origem estrangeira, aclimatou-se bem à nossa terra, assim como a cana-de-açúcar e o café. Não se pode dizer que seja um gênero exclusivamente brasileiro, mas tem o nosso sotaque e encontrou, aqui, nos nossos leitores e jornais, seu habitat ideal (Bender; Laurito, 1999, p. 45).

Assim, embora seja de origem francesa, um “sotaque” brasileiro foi acrescentado ao gênero, encontrando aqui um lugar ideal para se consolidar. Para as autoras Regina Rossetti e Herom Vargas (2006), há dois modos de produzir uma crônica. O primeiro representa o registro de fatos definido no tempo cronológico, organizado no decorrer dos acontecimentos. O segundo modo, diz respeito à criação de fatos de forma literária. Sobre essa questão, as autoras reiteram:

[...] podemos dizer que existiram dois modos de se fazer crônica. O mais primitivo, e ainda atuante em alguns países, é a crônica no tempo linear e ordenado historicamente pela justaposição dos acontecimentos. O segundo modo de se fazer crônica é em um tempo criador que reinventa os fatos para narrá-los de forma poética, para traduzir verdades que a mera reprodução dos fatos não poderia expressar (Rossetti; Vargas, 2006, p. 8-9).

O autor Afrânio Coutinho (1967) classifica a crônica de acordo com a temática ou com composição dela. Arelado a isso, observamos no quadro abaixo como o autor classifica os tipos de crônica.

**Quadro 1:** Tipos de crônica na literatura brasileira

<b>TIPOS DE CRÔNICA NA LITERATURA BRASILEIRA</b>	
Crônica narrativa	cujo eixo é uma história, o que a aproxima do conto, como no exemplo de Fernando Sabino;
Crônica metafísica	constituída de reflexões mais ou menos filosóficas sobre os acontecimentos ou os homens, como é o caso de Machado de Assis ou Carlos Drummond de Andrade;
Crônica-poema em prosa	de conteúdo lírico, mero extravasamento da alma do artista ante o espetáculo da vida, das paisagens ou episódios para ele significativos, como é o caso de Álvaro Moreyra, Rubem Braga, Manuel Bandeira, Ledo Ivo;
Crônica-comentário	dos acontecimentos, que tem, no dizer de Eugênio Gomes, ‘o aspecto de um bazar asiático’, acumulando muita coisa diferente ou díspar, como são muitas de José de Alencar, Machado e outros.

Fonte: Coutinho (1967, p.98)

Isto é, dispõe a classificação dos cronistas brasileiros em quatro tipos, a saber: crônica do tipo narrativo, crônica metafísica, crônica poema-em-prosa e a crônica comentário. No entanto, o autor nos informa que a classificação não é estanque, sendo possível uma combinação dos tipos. Podemos notar que cada cronista busca explorar a linguagem da melhor forma, para conseguir a literariedade, a criação e uma representação de sua realidade.

O autor Moisés (2003), diferencia dois tipos de crônicas: a crônica-poema e a crônica-conto. O primeiro tipo, como o próprio nome sugere, o escritor usa a subjetividade, permitindo que “o cronista transforme o texto em página de confissão, de diário íntimo ou de memórias” (p. 111). Na crônica-conto, o cronista está atento a tudo o que acontece, expondo como se fosse um conto. O cronista é visto como um historiador. Diante disso, a crônica é, como afirma Candido (1992, p. 22): “[...] amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, -sobretudo porque quase sempre utiliza o humor”.

Percebe-se a diversidade de tipos e formatos composto na produção de uma crônica. Assim, fica claro o quanto o gênero é amplo, partindo de coisas e acontecimentos simples e corriqueiras da vida diária. Coutinho (1971) aponta, ainda como característica, seu caráter jornalístico, apesar de apresentar também certo traço literário. De acordo com o autor, ela pode surgir como um “comentário ligeiro e divagação pessoal, feita com gosto literário” (p. 110).

Em relação à linguagem, a crônica pode ser considerada simples e espontânea, aproximando-se da linguagem oral. Embora seja um gênero escrito, a linguagem é leve e descompromissada. Além desses aspectos, o seu caráter poético, fluido e desinteressado estabeleceu espaço para a inserção do tom humorístico. Através do humor, os cronistas dispõem do privilégio de discorrer sobre assuntos mais polêmicos, chamando a atenção do leitor para assuntos fortes, levando-o para a reflexão (Candido, 1992).

Para Ferreira (1990), a crônica tem como propósito a leveza e a ampliação da visão de mundo do leitor; para expor, do jeito simples, os acontecimentos do cotidiano. Desta forma, a linguagem simples, coloquial, heterogênea, com temáticas do cotidiano, permite aos cronistas a aproximação da língua falada da língua escrita, propondo uma proximidade entre leitor e escritor.

Considerada como uma narração em constante contato com o tempo, o tempo da crônica é o tempo presente, é o tempo do transitório, do exato momento da epifania. O cronista capta através do cotidiano, a trivialidade da vida, transformando em linhas as vivências que podem passar de forma despercebida. Observa-se, portanto, o vínculo inegável entre a crônica e a temporalidade.

No início, ao ser publicada em suporte jornalístico, a crônica carregava uma característica marcada, a sua brevidade, pois havia suas horas contadas. Assim, o veículo jornalístico era efêmero, não oferecia ao texto uma durabilidade longa, uma validade ilimitada, considerando um texto perecível.

Vale ressaltar, do ponto de vista de Neves (1992), que a crônica corresponde um registro de um tempo que já passou, em que o escritor divide com o leitor marcas que caracteriza e que revela diferentes situações e realidades históricas, conceituando, assim, como uma “escrita do tempo”. Em suas palavras:

Num e noutro caso, a crônica guarda sempre de sua origem etimológica, a relação profunda com o tempo vivido. De formas diferenciadas, porque diferente é em cada momento a percepção do tempo histórico, a crônica é sempre de alguma maneira o tempo feito texto, sempre, e de formas diversas, uma escrita do tempo (Neves, 1992, p. 82).

Diante disso, há mais de uma maneira para demonstrar a relação da crônica com a questão do tempo. A primeira ligação entre o gênero crônica e o tempo está no aspecto breve pertencente a crônica, por estar veiculada em jornal, não permite uma permanência duradoura. Ao mesmo tempo, a crônica representa, de acordo com Neves (1992), um texto de registro do tempo, visto que carrega os vestígios do momento de sua escrita. Além disso, usa a expressão “tempo feito texto”, no qual utiliza esse termo para definir o gênero crônica no aspecto pouco duradouro, que depende da ação do tempo e das horas para acabar.

Após discutirmos sobre as peculiaridades da crônica, no próximo capítulo analisamos a crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, destacando para as marcas do tempo da enunciação no enunciado. Além do tempo linguístico, analisamos o tempo cronológico presente na crônica.

## 4 UMA LEITURA DO TEMPO NA CRÔNICA *A VONTADE DO FALECIDO*, DE STANISLAW PONTE PRETA

Neste capítulo realizamos a análise da crônica, atendendo ao seguinte objetivo específico elaborado para esta pesquisa: descrever como se manifesta o tempo linguístico e o tempo cronológico na crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, a fim de propor uma oficina como possibilidades de construção de sentido para à turma do 9º ano do ensino fundamental.

### 4.1 APRESENTANDO A CRÔNICA

A crônica *A vontade do falecido*, do autor Stanislaw Ponte Preta, conta a história de Seu Irineu, um idoso com problemas de saúde e que tinha guardado em um cofrão uma fortuna. Os parentes dele não se solidarizavam com a sua saúde, principalmente seu sobrinho Altamirando, que desejava a herança do tio. Antes de morrer, Seu Irineu deixou uma carta dizendo que queria ser enterrado junto com o seu dinheiro, porém Altamirando não cumpre o pedido do falecido. Dessa forma, o enunciador utiliza várias palavras e expressões para expressar a morte de Seu Irineu. Além disso, o final insólito e inesperado apresenta a parte mais humorada da narrativa, quando o sobrinho do falecido Irineu usa a astúcia para conseguir ficar com o dinheiro do tio falecido.

### 4.2 O TEMPO NA CRÔNICA

A categoria de análise da crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, é a temporalidade. Para procedermos a análise seguimos os seguintes critérios: identificação das marcas do tempo da enunciação no enunciado; manifestação do tempo cronológico e do tempo linguístico dentro da crônica.

De acordo com Benveniste (2006), é a partir da enunciação que é instaurado a categoria de tempo, visto que, como foi mencionado, o tempo linguístico gira em torno da enunciação. Esse tempo é realizado pelo locutor, no momento da enunciação, instaurado no tempo presente. Em relação a isso, o autor francês acrescenta:

Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. [...]. O homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo (Benveniste, 2006, p. 84).

Quando no enunciado os actantes projetados são o eu-aqui-agora, deixando explícito quem, quando e onde, a desembreagem é enunciativa, mas a partir do momento em que se ocultam os actantes, o lugar e o espaço, a desembreagem é enunciva.

A crônica em análise é um enunciado, cujo enunciador coloca um *ele* como podemos observar em “*Seu Irineu Boaventura não era tão bem-aventurado assim, pois sua saúde não era lá para que se diga.*” Essa estratégia de distanciamento da enunciação por meio do discurso indireto significa que os fatos narrados são anteriores ao *agora*, momento da enunciação.

Nessa direção, concebemos a crônica como enunciado, ou seja, como fruto da enunciação. Isso implica considerar que a crônica se constitui como uma maneira de pôr a língua em funcionamento. Conforme Benveniste (2006 p. 82), “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Por outro lado, o enunciado é visto como decorrência de um ato de linguagem individual amparado num “aqui” e num “agora”. Ou seja, o enunciado é o dito ou escrito, enfim, o ato comunicativo já realizado.

Seguindo em consonância com o *ele*, o enunciado apresenta predominantemente uma debreagem temporal enunciva, pois projeta no enunciado o tempo do *então*, reiterando pela categoria de tempo o efeito de distanciamento da enunciação, como podemos perceber no início do texto:

*Seu Irineu Boaventura não era tão bem-aventurado assim, pois sua saúde não era lá para que se diga. Pelo contrário, seu Irineu ultimamente já tava até curvando a espinha, tendo merecido, por parte de vizinhos mais irreverentes, o significativo apelido de "Pé-na-Cova".*

Percebamos que os verbos em destaque estão no passado cuja aspectualização indica a incompletude das características de Seu Irineu e do movimento de curvatura de seu corpo devido ao envelhecimento. Esse efeito de distanciamento da enunciação é causado justamente porque a história é narrada em terceira pessoa, logo, cria a ilusão de objetividade na medida em que os acontecimentos são narrados no passado.

No entanto, ao reproduzir a fala de Seu Irineu, os verbos são colocados no tempo presente. Observemos um momento de referência concomitante ao presente no trecho a seguir:

*E na carta o velho dizia: "Quero ser enterrado junto com a quantia existente nesse cofre, que é tudo o que eu **posso** e que foi **ganho** com o suor do meu rosto, sem a ajuda de parente vagabundo nenhum".*

Nesse trecho da carta, já se tem uma debreagem enunciativa temporal em que o momento de referência e o momento da narração são concomitantes ao momento da enunciação. Encontramos, nesse ponto, uma marca da enunciação no enunciado. O tempo presente, o *agora*, aparece quando o enunciador dá voz aos atores, inserindo uma debreagem enunciativa. Esse recurso é utilizado para produzir o efeito de aproximação e também de subjetividade no texto. Isto é, o sujeito da enunciação, o *eu*, está na fala do ator que é colocado em cena pelo enunciador, através de uma debreagem interna, com o propósito de parecer real. Podemos ver no trecho os verbos em destaque indicando, no presente, o desejo e a posse para, em sua fala, colocar também a aquisição do dinheiro no passado *ganho*, quando Seu Irineu escreve uma carta esclarecendo a seus parentes sobre o destino do seu dinheiro.

Em relação ao momento de referência do pretérito, tem-se a presença da concomitância em relação ao marco temporal pretérito perfeito 2 em que a ação é acabada. Vejamos:

*Seu Irineu **pisou** no prego e **esvaziou**. **Apanhou** um resfriado, do resfriado **passou** à pneumonia, da pneumonia **passou** ao estado de coma e do estado de coma não **passou** mais.*

O enunciador utiliza o pretérito perfeito apontando uma ação acabada, como podemos observar em **pisou**, **esvaziou**, **apanhou** e **passou**, logo retrata uma debreagem enunciativa como forma de distanciamento, causando um efeito de objetividade. A ideia de completude objetiva mostrar as mudanças ocorridas no percurso de adoecimento de Seu Irineu até o coma, indicando um caminho sem retorno.

Novamente apontamos o pretérito imperfeito, reiterando, na crônica, a presentificação da ação inacabada. Observemos:

*De mais a mais, o velho **era** antigão: não **comprava** o que não **precisava** e nem **dava** dinheiro por papel pintado. Dessa forma, não **possuía** bens imóveis, nem ações, debêntures e outras bossas.*

Vejamos que os verbos são indicadores de característica *antigão* e de ações que ficaram incompletas, considerando o *coma* a que o Seu Irineu chegou. Ou seja, são aspectualizações imperfeitas porque marcaram toda a vida ativa de Seu Irineu até já não mais poder mais em virtude da morte.

É pertinente trazer Fiorin (2012) que apresenta o tempo linguístico de acordo com as seguintes categorias: concomitância *versus* não concomitância. São três os momentos de referência, sendo um concomitante ao agora (presente), um anterior ao agora (pretérito) e um posterior ao agora (futuro). Podemos observar os tempos linguísticos presentes nos verbos da crônica em análise em dois momentos de referência: um concomitante ao agora que é o presente; um anterior ao agora que é o pretérito.

Outro tempo presente no enunciado é o cronológico, cujas marcas são materializadas por meio das seguintes expressões: *numa tarde, horas, alguns dias*. Trata-se de um tempo cultural que tem como objetivo organizar a vida social. Observamos que o tempo cronológico se dá através das horas e dias, indicando os acontecimentos relacionados à uma parte do percurso de Seu Irineu, do adoecimento, morte, depois da morte. Vejamos nos trechos abaixo:

[..] *numa **tarde** em que seu Irineu tossia muito, perguntou assim de supetão:*

— *Titio, se o senhor puser o bloco na rua, pra quem é que fica o seu dinheiro, hem?*

(Ponte Preta, 2003, p. 18, grifo nosso).

— ***Na hora** em que eu morrer, você vai ver, seu cretino* (Ponte Preta, 2003, p. 18, grifo nosso).

***Alguns dias** depois, deu-se o evento* (Ponte Preta, 2003, p. 18, grifo nosso).

***Horas** antes do enterro, abriram o cofrão verde onde havia sessenta milhões em cruzeiros, vinte em pacotinhos de "Tiradentes" e quarenta em pacotinhos de "Santos Dumont"* (Ponte Preta, 2003, p. 19, grifo nosso).

*Foi quase **na hora** do corpo sair. Desde o momento em que se tomou conhecimento do que a carta dizia, que Altamirando imaginava um jeito de passar o morto pra trás.*

— *Se ele precisar, **mais tarde** desconta o cheque no Banco* (Ponte Preta, 2003, p. 20, grifo nosso).

Observe também que esse tempo dialoga com o movimento do planeta ao redor do Sol. O homem criou uma forma organizar a contagem da passagem do tempo para sistematizar e mesmo compreender como organizar a sociedade. De acordo com Benveniste (2006, p. 71), o tempo cronológico ou crônico é a “continuidade em que se dispõem em série estes blocos

distintos que são os acontecimentos”, sendo os acontecimentos ocorridos em nossa própria vida, no nosso cotidiano.

#### 4.3 OFICINA: A TEMPORALIZAÇÃO EM FOCO

A sugestão que elaboramos para os docentes incrementar em sala de aula é uma oficina, com o objetivo de inspirar os professores a criarem estratégias de estudos dos recursos linguísticos indicadores do tempo no enunciado. Pontuamos que a ideia pode ser adaptada ou reformulada, dependendo das peculiaridades de cada turma em cada escola que lecionar. É importante salientar que não é uma oficina com todos os momentos finalizados, é um esboço de uma oficina, com a finalidade de pontuar ideias sobre o tempo da enunciação no enunciado para ajudar os docentes na sua atividade pedagógica.

Todas essas sugestões são “portas de entrada” para o estudo das marcas do tempo no enunciado e que, nesta pesquisa, trabalha com a crônica, mas não quer dizer que sejam as únicas possibilidades, nem que devemos seguir à risca todos os “passos” elencados nesta sugestão de oficina. Inclusive, podemos optar por trabalhar apenas um aspecto da oficina ou qualquer outro que achar pertinente e gere discussão profícua entre os alunos.

A escolha das etapas da oficina ficará a critério do professor, assim como a opção em mesclar atividades, se for o caso. Além disso, apesar de a proposta ter como público-alvo alunos de 9º ano, a indicação do ano em que poderão ser aplicadas essas atividades, bem como a duração e o número de aulas, depende do nível de cada turma e do contexto escolar em que está inserida.

OFICINA		
Turma: 9º ano	Carga horária sugerida	4h/a
TEMA		
O tempo na narrativa		
OBJETIVOS		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• GERAL: Refletir sobre o tempo linguístico e o tempo cronológico presentes na crônica.</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• ESPECÍFICOS: Descrever conceitos e concepções acerca da crônica; Distinguir tempo linguístico do tempo cronológico; Destacar as marcas do tempo linguístico e cronológico presentes na crônica.</li> </ul>		
CONTEÚDOS		

<p>1. Crônica <i>A vontade do falecido</i>, de Stanislaw Ponte Preta</p> <p>2. Temporalidade</p> <p>2.1 Tempo linguístico</p> <p>2.2 Tempo cronológico</p>
<p>3. Recursos técnico-pedagógicos: Quadro branco e pincel; multimídia, livros.</p>
<p><b>METODOLOGIA</b></p>
<p>1. No primeiro momento:</p> <p>Através de aula com estratégias de ensino explícito e diretivo, sugere-se conversar com a turma sobre as características e os elementos do gênero crônica para explorar a compreensão da leitura e identificar as impressões dos alunos sobre o tempo no enunciado e promover a construção de sentidos do que foi lido.</p> <p>É importante iniciar pela discussão oral, fazendo levantamento de hipóteses, provocando um debate em sala.</p> <p>Sugestões de questionamentos para dar início às reflexões:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Já leram alguma crônica?</li> <li>b) Quais crônicas conhecem?</li> <li>c) O que é uma crônica?</li> <li>d) Quais são suas principais características?</li> <li>e) Quais são os temas mais recorrentes?</li> </ol> <p>Sugira em seguida que façam uma pesquisa mais detalhada sobre esse gênero, híbrido entre jornalismo e literatura; como surgiu a crônica? Como ela se modificou através dos tempos? Quais são os diferentes tipos de crônica? Quais são os principais cronistas da literatura brasileira? Peça aos alunos que pesquisem em livros, jornais e sites.</p> <p>2. No segundo momento:</p> <p>Em seguida, trabalhar a biografia de Stanislaw Ponte Preta, para que o aluno tenha conhecimento sobre a vida e as obras do autor. Entregar uma cópia da crônica <i>A vontade do falecido</i>, de Stanislaw Ponte Preta, em que se iniciará o processo de caracterização do gênero a ser analisado.</p>

O professor pode dividir a turma em grupos de três ou quatro pessoas (dependendo da quantidade de alunos), e deixar que cada equipe folheie, à vontade, as páginas da crônica (ou das crônicas, o que preferir), objetivando detectar o que mais chamou a atenção dos alunos. A ideia é dar orientações que norteiem o estudo dos alunos sobre os seguintes questionamentos:

- Alguém já leu alguma crônica de Stanislaw Ponte Preta?
- Conhecia a história *A vontade do falecido*? Gostaram?
- Que partes da crônica acharam mais engraçadas?
- Simpatizam com alguma delas ou não?

É importante que o professor estimule os alunos a não apenas responderem sim ou não, mas dizerem o porquê de cada tópico levantado por eles. É importante também levar os alunos a perceberem a criação do efeito surpresa na história. Esta atividade deve ser realizada pelo grupo e ter observações escritas para ajudar o aluno a compreender melhor o que está sendo proposto.

Findada a leitura em sala de aula, deixar que os alunos exponham livremente as suas impressões iniciais acerca da crônica e depois, conjuntamente, elencar outros aspectos do texto, sistematizando-os. A proposta é que cada grupo faça os comentários orais e anotações, seguindo os tópicos: personagens, narrador, enredo, tempo e espaço, além de explorar sua compreensão e impressões de leituras.

### 3. Terceiro momento:

falar sobre a questão do tempo, visto que uma das características marcantes da crônica é o tempo. Discorrer sobre o tempo linguístico e o tempo cronológico. Além disso, explorar questões éticas e morais presentes na crônica.

Solicitar aos alunos que procurem no texto as marcas temporais, que evidenciam o momento histórico em que se passa a história, bem como as marcas linguísticas que comprovam a passagem do tempo na narrativa, ou seja, questões lexicais e sintáticas que auxiliam na narrativa a compreensão da sucessão cronológica do tempo. Nessa tarefa, é importante a mediação do professor, auxiliando na releitura e na compreensão da atividade.

Esquematizando os seguintes questionamentos:

- Há marcas de temporalidade na crônica?
- Como se manifestam? Causam algum efeito?
- Qual o tempo verbal revelado na crônica? Por quê?
- O tempo cronológico na crônica indica o quê?
- Observe o tempo verbal utilizado no primeiro parágrafo. O que ele indica?

Para melhor fixar a ideia de tempo identificada na crônica, o professor pode fazer uma atividade que explore os atores, no tempo e no espaço, características da crônica estudada. Em seguida, propor para os alunos uma leitura dramática da crônica, estabelecendo um tempo para que haja ensaios.

#### AVALIAÇÃO

A avaliação é formativa, uma vez que o professor, à medida que explora a temporalidade na crônica, dá o *feedback* necessários para a construção do conhecimento do aluno em relação ao tempo no enunciado da crônica. Isso deve acontecer por meio da participação dos alunos na discussão sobre o assunto e na produção escrita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temporalização é uma das três categorias que compõem a instância da enunciação e do enunciado. Essa categoria de tempo na enunciação é apresentada a partir das inscrições linguísticas no enunciado. Com isso, percebemos que existe diferença em relação ao tempo da ação e ao tempo da narração, o que nos permite dizer que o tempo da enunciação é um e o tempo do enunciado é outro. Diante disso, propor uma abordagem semiótica com o gênero crônica na escola, permite explorar o texto, enriquecendo ainda mais o trabalho e o autor em sala de aula.

Com base nisso, a pesquisa procurou descrever como se manifesta o tempo da enunciação no enunciado *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, atrelada à ideia de refletir sobre esta temática na Educação Básica, por meio de uma oficina aplicável precisamente no 9º Ano do Ensino Fundamental, cuja finalidade é trabalhar o tempo linguístico e o tempo cronológico na crônica.

No contexto da Semiótica Discursiva, apresentamos o percurso gerativo da significação que oferece três níveis para se chegar à significação, a saber: o fundamental, narrativo e discursivo, cada nível com dois componentes: um semântico e um sintático. Porém, dedicamos especialmente uma maior atenção ao nível discursivo, visto que é neste nível que encontramos as marcas da enunciação do enunciado, tendo como principal categoria de análise a temporalização, ponto de discussão específica desta pesquisa.

Do ponto de vista de Benveniste (2006), é a partir da enunciação que é instaurado a categoria de tempo, visto que, como foi mencionado, o tempo linguístico gira em torno da enunciação. Esse tempo é realizado pelo locutor, no momento da enunciação, instaurado no tempo presente. No tempo cronológico, as marcas são materializadas por meio de dias, horas e anos, pois se trata de um tempo cultural que tem como objetivo organizar a vida social.

Da análise da crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, observamos que o enunciado apresenta predominantemente uma debreagem temporal enunciativa, uma vez que o tempo linguístico mais frequente na crônica é o tempo do *então* (não agora). Foram encontrados verbos no pretérito perfeito, no pretérito imperfeito que confirmam a predominância de que narrativa não acontece no tempo do *agora*, dando ideia de distanciamento e objetividade ao enunciado. No entanto, o tempo presente, o *agora*, aparece quando o enunciador dá a voz a Seu Irineu, apresentando uma debreagem enunciativa temporal em que o momento de referência e o momento da narração são concomitantes ao momento da enunciação. Encontramos, nesse ponto, uma marca da enunciação no enunciado.

No que se refere ao tempo cronológico, foram destacadas algumas escolhas vocabulares usadas para marcar os acontecimentos da morte de Seu Irineu que estava próxima, por meio das seguintes expressões: numa tarde, hora, alguns dias depois. Essas escolhas referenciaram problemas de saúde até a morte de Seu Irineu.

Nesse sentido, consideramos ser possível trabalhar a crônica sob a perspectiva da Semiótica do Discurso, precisamente na temporalização discursiva, estabelecendo o contato de alunos e professores com estratégias que oferecem aos professores e alunos suporte eficiente para a significação do texto.

Diante do exposto, acreditamos ter alcançado os objetivos geral e específicos deste trabalho, ao aplicar os conceitos da teoria semiótica greimasiana para a análise do tempo na crônica *A vontade do falecido*, de Stanislaw Ponte Preta, com destaque para o tempo da enunciação e do enunciado, abordando o tempo linguístico e o tempo cronológico.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi capaz de fornecer os subsídios necessários para atingir ao objetivo de analisar como se manifesta o tempo dentro da crônica e abordar essa temática na Educação Básica, especialmente no ensino fundamental. Nesse ínterim, a bibliografia selecionada foi suficiente, uma vez que foi capaz de subsidiar a fundamentação teórica a respeito da semiótica e do gênero crônica.

Portanto, buscamos com esse trabalho, enriquecer a prática pedagógica dos professores do 9º ano do Ensino Fundamental no que se refere as possibilidades de trabalhar o gênero crônica com base na semiótica. Além disso, nada impede que seja trabalhada em outros anos, inclusive, o professor pode adaptar a oficina que sugerimos, dependendo das peculiaridades de cada turma em cada escola que ele lecionar. É importante destacar que a pesquisa abre possibilidades para leitores, pesquisadores e estudantes de letras, a continuidade das discussões sobre a temática.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Nacional/ EDUSP, 1976.
- BENDER, Flora Cristina; LAURITO, Ilka Brunhilde. TextitCrônica – **História, Teoria E Prática**. São Paulo: Ed. Scipione. Col. Margens do texto, 1993.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. *In*: CANDIDO *et al.* **A crônica: gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.
- CASTELLO, José. **Crônica, um gênero brasileiro**. Disponível em: [http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=228&titulo=Cronica,\\_um\\_genero\\_brasileiro](http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=228&titulo=Cronica,_um_genero_brasileiro). Acesso em: 10 set. 2023.
- COUTINHO, Afrânio. **Antologia brasileira de literatura**. v. 3. Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1967.
- COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil: teatro, conto, crônica, a nova literatura**. Rio de Janeiro: Sul Americana S/A, 1971.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos da Análise do Discurso**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- FERREIRA, Nélia do Nascimento. **A intertextualidade nas crônicas de Humberto de Campos (1910-1934)**. Porto Alegre: PUC, 1990.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural: pesquisa de método**. 2. ed. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- LIMA, Maria Nazareth de. **O conto na literatura popular: percurso gerativo da Significação**. João Pessoa, 2007.
- MELO, José Marques de. **A Opinião No Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis- RJ: Vozes, 1985.
- MOISÉS, Massaud. **A criação Literária – Prosa II**. São Paulo: Cultrix, 2003.
- NEVES, Margarida de Souza. **Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas Cariocas**. *In*: A crônica: o gênero, suas transformações e sua fixação no Brasil. Antonio Candido [*et. al.*]. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 75-90.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.
- PONTE PRETA, Stanislaw. **Dois amigos e um chato**, Editora Moderna, 1986.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

ROSSETTI, Regina; VARGAS, Herom. **A recriação da realidade na crônica jornalística brasileira**. UNIrevista, n. 3: (julho 2006). Disponível em: [www.unirevista.unisinos.br](http://www.unirevista.unisinos.br). Acesso em: 02 set. 2023.

SÁ, Jorge de. **A Crônica**. São Paulo: Ed. Ática. Col. Princípios, 1985.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

# ANEXOS

## ANEXO A - A vontade do falecido, de Stanislaw Ponte Preta

### A VONTADE DO FALECIDO

Seu Irineu Boaventura não era tão bem-aventurado assim, pois sua saúde não era lá para que se diga. Pelo contrário, seu Irineu ultimamente já tava até curvando a espinha, tendo merecido, por parte de vizinhos mais irreverentes, o significativo apelido de “Pé- na-Cova”. Se digo significativo é porque seu Irineu Boaventura realmente já dava a impressão de que, muito brevemente, iria comer capim pela raiz, isto é, iam plantar ele e botar um jardinzinho por cima.

Se havia expectativa em torno do passamento do seu Irineu? Havia sim. O velho tinha os seus guardados. Não eram bens imóveis, pois seu Irineu conhecia de sobra Altamirando, seu sobrinho, e sabia que, se comprasse terreno, o nefando parente se instalaria nele sem a menor cerimônia. De mais a mais, o velho era antigão: não comprava o que não precisava e nem dava dinheiro por papel pintado. Dessa forma, não possuía bens imóveis nem ações [...]. A erva dele era viva. Tudo guardado em pacotinhos, num cofrão verde que ele tinha no escritório.

Nessa erva é que a parentada botava olho grande [...] principalmente depois que o velho começou a ficar com aquela cor de uma bonita tonalidade cadavérica. O sobrinho, embora mais mau-caráter do que o resto da família, foi o que teve a atitude mais leal, porque, numa tarde em que seu Irineu tossia muito, perguntou assim de supetão:

- Titio, se o senhor puser o bloco na rua, pra quem é que fica o seu dinheiro, hein?

O velho, engasgado de ódio, chegou a perder a tonalidade cadavérica e ficar levemente ruborizado, respondendo com voz rouca:

- Na hora em que eu morrer, você vai ver, seu cretino.

Alguns dias depois, deu-se o evento. Seu Irineu pisou no prego e esvaziou. Apanhou um resfriado, do resfriado passou à pneumonia, da pneumonia passou ao estado de coma e do estado de coma não passou mais. Levou pau e foi reprovado. [...]

- Bota titio na mesa da sala de visitas – aconselhou Altamirando; e começou o velório. Tudo que era parente com razoáveis esperanças de herança foi velar o morto. Mesmo parentes desesperançados compareceram ao ato fúnebre, porque estas coisas vocês sabem bem como são: velho rico, solteirão, rende sempre um dinheirão. Horas antes do enterro, abriram o cofrão verde onde havia sessenta milhões em cruzeiros, vinte em pacotinhos de “Tiradentes” e quarenta em pacotinhos de “Santos Dumont”:

- O velho tinha menos dinheiro do que eu pensava – disse alto o sobrinho.

E logo adiante acrescentava baixinho:

- Vai ver, gastava com mulher.

Se gastava ou não, nunca se soube. Tomou-se – isto sim – conhecimento de uma carta que estava cuidadosamente colocada dentro do cofre, sobre o dinheiro. E na carta o velho dizia: “Quero ser enterrado junto com a quantia existente nesse cofre, que é tudo o que eu possuo e que foi ganho com o suor do meu rosto, sem a ajuda de parente vagabundo nenhum.” E, por baixo, a assinatura com firma reconhecida para não haver dúvida: Irineu de Carvalho Pinto Boaventura.

Pra quê! Nunca se chorou tanto num velório sem se ligar pro morto. A parentada chorava às pampas, mas não apareceu ninguém com peito para desrespeitar a vontade do falecido. Estava todo o mundo vigiando todo o mundo, e lá foram aquelas notas novinhas arrumadas ao lado do corpo, dentro do caixão.

Foi quase na hora do corpo sair. Desde o momento em que se tomou conhecimento do que a carta dizia, que Altamirando imaginava um jeito de passar o morto pra trás. Era muita sopa deixar aquele dinheiro ali pro velho gastar com minhoca. Pensou, pensou e, na hora que iam fechar o caixão, ele deu um grito de “pera aí”. Tirou os sessenta milhões de dentro do caixão, fez um cheque da mesma importância, jogou lá dentro e disse “fecha”.

- Se ele precisar, mais tarde desconta o cheque no Banco.

PONTE PRETA, Stanislaw. Dois amigos e um chato, Editora Moderna, 1986.